

CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Autora Marcia Monteiro Chaves*
Orientadora Dr^a Rosemeire Messa de Souza Nogueira**

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar a atual concepção de currículo para Educação Infantil, presente na legislação, em documentos governamentais e em obras de autores e pesquisadores dessa área. Para isso, realizou-se pesquisa bibliográfica e documental com a leitura de leis, documentos e obras que tratam da temática. Neste artigo, as expressões proposta curricular ou proposta pedagógica são compreendidas como um caminho a ser vivido coletivamente, sendo que o desenvolvimento do currículo, planejado por professores e educadores, precisa considerar a criança como um cidadão histórico e de direito. Assim, a partir do estudo bibliográfico, apresenta-se uma breve contextualização da história da infância e das leis que regulamentam os direitos das crianças à Educação Infantil e favorecem a realização do currículo que respeita a criança. Nas considerações finais, como resultados da pesquisa, mostra-se que na concepção atual de currículo presente na legislação e especialmente nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil ocorre à superação da tradicional concepção assistencialista, propondo uma educação que compreende a criança como sujeito de direito e produtora de cultura, quando na instituição educacional ela pode brincar, experimentar, elaborar conceitos, sonhar, imaginar, ter uma vida plena de aprendizagens significativas.

Palavras-chave: Currículo. Educação Infantil. Criança.

Abstract: This article aims to analyze the current design curriculum for Early Childhood Education, in this legislation, government documents and works of authors and researchers in this field. For this, we performed literature and documents from reading laws, documents and articles that deal with this theme. In this article, the proposed expressions curricular or pedagogical proposal are included as a way to be lived collectively, and curriculum development, planned by teachers and educators need to consider the child as a citizen and legal history. Thus, from the literature study, we present a brief background of the history of childhood and the laws governing the rights of children at the Early Childhood Education and supports the realization of the curriculum that respects the child. In closing remarks, as search results, it is shown that the current design of this curriculum in law and especially the National Curriculum Guidelines for Early Childhood Education overcoming the traditional welfare conception occurs, proposing an education that includes the child as a subject of law and producer of culture, the educational institution where she can play, experiment, develop concepts, to dream, to imagine, to have a life full of meaningful learning.

Keywords: Curriculum. Early Childhood Education. Child.

* Formada em Pedagogia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), conclusão no ano de 2010. Atualmente discente do curso de pós-graduação - Especialização em Formação de Profissionais da Educação na linha Educação e Diversidade.

** Orientadora, docente da Universidade Federal da Grande Dourados - Faculdade de Educação (FAED). Coordenadora do curso de pós-graduação - Especialização em Formação de Profissionais em Educação da Faculdade de Educação da FAED/UFGD.

Introdução

Este artigo¹ é produzido a partir da realização de uma pesquisa que tem como tema o Currículo na Educação Infantil. O interesse nesse tema origina-se em nossa atuação como professora de educação Infantil em uma escola Municipal de Dourados. E consideramos importante aprofundar nossos estudos e compreender qual currículo precisamos desenvolver com as crianças.

Assim, o objetivo deste artigo é analisar a atual concepção de currículo na Educação Infantil, presente na legislação, em documentos governamentais e em obras de autores e pesquisadores dessa área. Para isso, realizou-se pesquisa bibliográfica e documental com estudos na legislação, nos documentos governamentais e obras de autores e pesquisadores que investigam essa etapa da Educação Básica.

Desse modo estudamos autores como Kramer (2007), Kulmann Jr. (1998 e 2003), Cruz (2013); Oliveira (2011), Rego (1999); Arruda (2007), Barricelli (2007), Barbosa (2001), Carvalho (2008); Nogueira (2009) para compreendermos a Educação Infantil no Brasil e a concepção de currículo que compreende a criança como um sujeito de direito e produtora de cultura.

Estudamos também a Constituição Federal Brasileira de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) Lei 9394 de 1996 e a Lei de nº 11.114 de 2005 que altera os artigos, 30, 32,87 da Lei 9394/1996, torna obrigatório o início do ensino Fundamental aos 6 (seis) anos de idade, para que pudéssemos compreender o estabelecimento do direito à Educação Infantil para a criança de zero a cinco anos e a necessidade legal de elaboração de Proposta Pedagógica ou curricular para essa etapa da educação Básica.

Segundo Kramer (2007) proposta curricular e proposta pedagógica são expressões correlatas e significam o caminho a ser trilhado coletivamente. O currículo desenvolvido dentro de uma instituição de Educação é vivo e dinâmico, está relacionado a todas as ações que envolvem as crianças no seu dia a dia, dentro das instituições de ensino. Oliveira (2011) completa que a organização do espaço, do tempo que favorece o desenvolvimento da criança traz uma proposta curricular avançada e respeita a criança como um sujeito de direito.

Do mesmo modo a prática pedagógica que tem como eixo as brincadeiras e a linguagem da infância, corresponde à concepção de currículo definida pelas atuais diretrizes curriculares.

¹ Este artigo é exigência para a conclusão do Curso de Especialização em Formação de Profissionais para a Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

É esta concepção de proposta curricular que leva á práticas, ações e organização de ambientes que coloquem em foco as necessidades da criança que passamos analisar em seu surgimento e desenvolvimento.

1. A Educação Infantil no Brasil

Hoje a Educação Infantil possui diretrizes curriculares que trazem uma concepção de educação que supera a concepção assistencialista. Mas até sua elaboração e aprovação percorreu-se um longo caminho, cabe ressaltar que a inserção da mulher no mercado de trabalho foi um fator que impulsionou as lutas em defesa dos direitos das crianças e de suas famílias. Para compreendermos como foi se constituindo estes direitos é importante conhecer um pouco sobre a história da infância, as leis que foram se firmando, para então se pensar em construir uma proposta curricular que valorize e respeite a criança.

A história da infância é uma construção histórica, as crianças nem sempre foram percebidas como crianças, como um ser diferente do adulto. Compreender a evolução histórica é de suma importância para a construção de uma proposta curricular, haja vista que a luta pelos direitos da criança vem se constituindo ao longo da história e neste processo, as crianças nem sempre tiveram as suas especificidades respeitadas.

Kramer (2007, p.14) aponta que:

[...] Desde que o historiador francês Philippe Ariès publicou, nos anos de 1970, seu estudo sobre a história social da criança e da família, analisando o surgimento da noção de infância na sociedade moderna, sabemos que as visões sobre infância são constituídas social e historicamente. A inserção concreta das crianças e seus papéis variam com as formas de organização da sociedade. Assim a ideia de infância não existiu sempre da mesma maneira. Ao contrário a noção de infância surgiu com a sociedade capitalista, urbano-industrial, na medida em que mudavam a inserção e o papel social da criança na sua comunidade. [...]. (KRAMER, 2007, p.14)

Para a autora as noções de infância se constituíram historicamente, conforme as sociedades se organizavam. Na sociedade capitalista urbano industrial as crianças eram inseridas no mundo do trabalho muito cedo, assim que completavam sete anos. Neste contexto histórico não havia separação entre adultos e crianças, não existia por parte dos adultos uma preocupação com as crianças, as mesmas recebiam o mesmo tratamento dos adultos.

Kramer (2007, p.15) destaca:

A ideia de infância surgiu no contexto histórico e social da modernidade, com a redução dos índices de mortalidade infantil, graças ao avanço da ciência e a mudanças econômicas e sociais. Esta concepção para Ariès nasceu nas classes médias e foi marcada por um duplo modo de ver as crianças, pela contradição entre moralizar (treinar, conduzir, controlar a criança) e paparicar (achá-la engraçadinha, ingênua, pura, querer mantê-la como criança). A miséria das populações infantis naquela época e o trabalho escravo e opressor desde o início da revolução industrial condenavam-nas a não ser crianças: meninos trabalhavam nas fábricas, nas minas de carvão, nas ruas [...].

Conforme o exposto, a compreensão de infância é uma construção histórica, surgiu com a sociedade capitalista urbano industrial e também varia nas formas como as sociedades se organizavam.

A autora mostra que havia uma dupla forma de ver as crianças, conforme a classe social a que pertenciam, nas classes médias e altas elas eram consideradas como puras figuras angelicais, era um período de paparicação que durava até os seis anos de idade. Após completar sete anos, as crianças eram tratadas como um adulto em miniatura, sendo que na classe trabalhadora pobre e ou miserável já estavam pré-destinada, condenadas desde muito pequenas ao mundo do trabalho, um trabalho escravo e opressor. Um fato relevante que contribuiu para a efetivação desta prática se deu devido à miséria das populações, falta de recursos por parte das famílias, nesta perspectiva não restava alternativa às crianças e às famílias.

Por um longo período histórico, o atendimento às crianças pequenas e pobres foi marcado pela concepção assistencialista que oferecia uma educação voltada para a submissão, em que as crianças eram tratadas como carentes e tinham que aceitar o favor de ser cuidadas por instituições sociais de caridade que eram gratuitas ou muito baratas (KULMANN JR. 1998).

Em 2012 o MEC publicou o Manual de Orientações Pedagógicas do MEC, organizado por Tizuko Kishimoto e Adriana Freyberger (BRASIL, 2012, p.11) e apoiado pela UNICEF. Este Manual apresenta uma análise da Educação Infantil, mostrando que:

A educação da criança pequena foi considerada por muito tempo, como pouco importante, bastando que fossem cuidadas e alimentadas. Hoje a educação da criança pequena integra o sistema público de educação. Ao fazer parte da primeira etapa da educação básica, ela é concebida como questão de direito, de cidadania e de qualidade [...].

Conforme o manual, não existia a preocupação com a aprendizagem das crianças, a elas não era dada a devida importância, era necessário apenas receberem cuidados relacionados

com a alimentação e a higiene, e este benefício ainda era restrito a uma minoria. Neste contexto, não havia ainda uma preocupação com o educar, conforme as necessidades das crianças, além disso, este atendimento dispensado às crianças era para poucos e imprimia uma concepção assistencialista.

Concordando com o exposto é perceptível que durante muito tempo este tipo de atendimento continuou e hoje tem sido difícil modificar a referida concepção. Apesar dos avanços das conquistas garantidas pelas legislações, o atendimento educacional às crianças pequenas ainda continua muito distante de atender a toda a demanda, haja vista que apesar da criança ter direitos, muitas ainda não tem acesso à educação.

Segundo Cruz:

[...] muitas concepções acerca das crianças e da função das instituições a elas destinadas, profundamente marcadas pelas classes sociais às quais elas pertenciam, sofreram transformações (embora algumas ainda persistam), fruto de avanços no conhecimento acumulado na área da luta de movimentos sociais, entidades e profissionais que defendem o direito da criança. A legislação brasileira tem expressado estas transformações que vem ocorrendo. Por exemplo: o atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de 0 a 6 anos passou a ser incluído entre os deveres do Estado com a educação escolar pública com a Constituição de 1988. E na lei de Diretrizes e Bases – LDB de 1996, a creche anteriormente identificada principalmente como um local de guarda de crianças pobres e, portanto, vinculada a órgão da área de assistência, passou a ser compreendida como o atendimento educacional às crianças de zero a três anos e a integrar o sistema de ensino como parte da primeira etapa da educação básica, a Educação Infantil (CRUZ, 2013, p. 10).

A autora relata os avanços que ocorreram após muitas lutas e com as mudanças nas legislações e nas pesquisas sobre a infância, pode-se perceber que a Educação Infantil passou a ganhar destaque no cenário nacional, tornou-se um direito da criança a partir da Constituição Federal de 1988 e a integrar-se como parte da primeira etapa da Educação Básica com a aprovação da LDBEN, Lei 9.394 de 20 de Dezembro de 1996.

A Constituição Federal de 1988 aponta:

Artigo 227. É dever da família e da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito a vida, a saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura à dignidade, ao respeito, à liberdade, e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988, p.129).

A Constituição Federal de 1988 foi a primeira que veio firmar o direito da criança à educação. As lutas foram muito significativas, as crianças de zero a três anos passaram a

receber atendimento educacional especializado, baseado nessa nova concepção de educação que respeita a criança como um sujeito de direito. Neste sentido a autora Cruz destaca que:

Esta tem sido a opção brasileira: incorporar o cuidado e a educação, dos bebês e crianças pequenas no âmbito da educação. Muitos esforços tem sido despendidos no sentido de construir a identidade própria desta etapa da educação, pois, ao mesmo tempo em que compartilha características comuns com as demais etapas, guarda especificidades que precisam ser consideradas. [...] (CRUZ, 2013, p10).

Conforme a autora, com a necessidade de mudar o atendimento às crianças de 0 a 3 anos e também no sentido de construir a identidade da educação infantil, percebe-se que o espaço da educação infantil está permeado de uma prática que está atrelada somente com o cuidar ('herança' do assistencialismo). Nota-se que não é perceptível que quando cuidamos, ou seja, quando trocamos fraldas, damos banho e alimentação, estamos também ensinando, educando, pois durante essas ações estamos nos relacionando com a criança com respeito, carinho, também estamos conversando, transmitindo valores éticos ou também pode ser o contrário estamos fornecendo uma educação opressora, sem diálogo.

A LDBEN 9394/96 2005 determinava que a Educação Infantil era destinada às crianças de zero a seis anos. A partir da aprovação da Lei 11.114, de 16 de maio de 2005 que altera os Artigos, 30, 32 e 87 da Lei 9394/1996, torna obrigatório o início do Ensino Fundamental aos 6 (seis) anos de idade. Com isso, a LDBEN passa a ter a seguinte redação:

Art. 29º. A educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até 5 (cinco) anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 2013).

Com isso, a criança de seis anos passou a frequentar o primeiro ano do Ensino Fundamental.

As primeiras Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil foram aprovadas no ano de 1999, vieram para direcionar a elaboração da proposta curricular ou projetos pedagógicos dos sistemas de educação dos Municípios, dos Estados. A Resolução CEB Nº 1, de 7 de abril de 1999 institui as Diretrizes e afirma:

Art.1º. - A presente resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, a serem observadas na organização das propostas pedagógicas das instituições de educação infantil integrantes dos diversos sistemas de ensino.

Art. 2º. –Diretrizes Nacionais Curriculares constituem-se na doutrina sobre Princípios, Fundamentos e Procedimentos da Educação Básica, definidos pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, que

orientarão as instituições de Educação Infantil dos Sistemas Brasileiros de Ensino, na organização, na articulação, desenvolvimento e avaliação de suas propostas pedagógicas (BRASIL/MEC/CEB, 1999, P.1).

A referida Resolução estabelece as Diretrizes que devem ser utilizadas pelas instituições de Educação Infantil na elaboração da proposta curricular. Por sua vez a proposta curricular deve respeitar todos os princípios éticos e garantir que os direitos já constituídos sejam efetivados na prática.

Art.3º. São as seguintes as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil:

I - As Propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil devem respeitar os seguintes fundamentos norteadores:

Princípios Éticos da Autonomia, da Responsabilidade, da Solidariedade, e do Respeito ao Bem Comum;

Princípios Políticos dos Direitos e Deveres de Cidadania, do Exercício da Criticidade, e do Respeito à Ordem Democrática;

Princípios Estéticos da Sensibilidade, da Criatividade, da Ludicidade, e da Diversidade de Manifestações Artísticas e Culturais (BRASIL/MEC/CNE/CEB, 1999, p.1).

Diante do exposto, uma proposta curricular deve contribuir com as instituições de Educação Infantil de forma significativa para que a criança seja atendida como um sujeito de direitos.

Conforme Kuhlmann Jr.

As tendências recentes nas pesquisas relativas à infância, sua história e educação têm enfatizado a perspectiva de aproximar-se do ponto de vista da criança, quando falamos dela, quando propomos algo para ela. Além disso, ao procurar levar em conta esta fase da vida, caracterizando-a como realidade distinta do adulto, não podemos nos esquecer de que continuamos adultos pesquisando e escrevendo sobre elas [...]. (KUHLMANN, 2003, p.56).

O autor aponta que as pesquisas referentes à infância têm mostrado que quando formos propor algo para as crianças, precisamos nos aproximar ao máximo do seu ponto de vista, devemos levar em conta a fase da vida na qual as crianças se encontram e principalmente não esquecermos de que são crianças, e as mesmas têm realidades e formas diferentes de pensar e agir no mundo diferentemente do adulto. Esta é uma questão bastante importante e que o referido autor (2003, p.56) destaca “não podemos nos esquecer de que continuamos adultos pesquisando e escrevendo sobre elas”.

Nesta perspectiva concordando com o autor quando se pretende elaborar uma proposta curricular voltada para esta etapa da educação é necessário incorporar as necessidades específicas das crianças, é preciso ouvi-las.

Estas discussões compunham o contexto de reelaboração da nova diretriz Curricular Nacional para a Educação Infantil e que em certa medida estão presentes no Parecer CNE/CEB Nº 20/2009. Mostra que:

O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, científico e tecnológico. Tais práticas são efetivadas por meio de relações sociais que as crianças desde bem pequenas estabelecem com os professores e as outras crianças, e afetam as condições de suas identidades (BRASIL/MEC/CNE/CEB, 2009, p.6).

Assim a proposta curricular deve estar articulada com os saberes e os conhecimentos prévios das crianças, com os conhecimentos do patrimônio cultural. É necessário conhecer esta criança, para então pensar e produzir uma proposta curricular e um currículo (uma vivência) que possibilite novas experiências e aquisição de novos conhecimentos.

Kuhlmann Jr. destaca que:

[...] As crianças participam das relações sociais, e este não é exclusivamente um processo psicológico, mas social e cultural, histórico. As crianças buscam esta participação, apropriam-se de valores e comportamentos próprios de seu tempo e lugar, porque as relações sociais são parte integrante de suas vidas de seu desenvolvimento (KUHLMANN, 2003, p.57).

É neste processo de participação das crianças com as suas vivências que o educador deve buscar os subsídios para a construção de uma proposta curricular. Observando a criança no espaço na qual ela esta inserida, integrada, onde ela se relaciona socialmente. É fundamental que o professor se aproprie destes elementos e assim pensar e construir uma proposta que dê voz à criança. Estas discussões vão se consolidando para a elaboração e aprovação das novas Diretrizes para a educação Infantil.

Como já mencionado pelo autor e pelo Parecer do MEC, a proposta curricular é concebida como um conjunto de práticas que os educadores vivenciam junto com as crianças por meio das relações sociais que se estabelecem. Estas experiências vivenciadas, adquiridas devem estar articuladas com os conhecimentos do patrimônio cultural. Diante do exposto, cabe ao professor atuar como mediador entre os conhecimentos que as crianças já possuem com os conhecimentos culturais pré-estabelecidos, proporcionando assim a ampliação dos saberes.

Ainda nesta perspectiva o parecer CNE/CEB Nº 20/2009 pontua:

A criança como centro do planejamento curricular é sujeito histórico e de direitos que se desenvolve nas interações, relações e práticas cotidianas a ela disponibilizadas e por ela estabelecidas com adultos e crianças de diferentes idades nos grupos e contextos culturais nos quais se insere. Nessas condições ela faz amizades, brinca com água, ou terra, faz de conta, deseja, aprende, observa, conversa, experimenta, questiona, constrói sentidos sobre o mundo e suas identidades pessoal e coletiva, produzindo cultura (BRASIL, 2009, p.6-7).

Conforme o documento, ao elaborar a proposta curricular, a criança deve estar no centro do planejamento. Todas as práticas pedagógicas e ações devem ser pensadas com e para as crianças. Nesta proposta deve-se dar voz às crianças. A própria resolução afirma que a criança é um sujeito histórico e de direitos, traz consigo conhecimentos já adquiridos no seu contexto social, sendo assim os conhecimentos que as crianças trazem devem ser considerados e aprimorados, por intermédio da mediação do professor.

Kuhlmann Jr. destaca:

Se a criança vem ao mundo e se desenvolve em interação com a realidade social, cultural e natural, é possível pensar uma proposta educacional que lhe permita conhecer este mundo, a partir do profundo respeito por ela. Ainda não é o momento de sistematizar o mundo e apresentá-lo à criança: trata-se de vivê-lo, de proporcionar-lhe experiências ricas e diversificadas (KUHLMANN JR., 2003, p.57).

O autor aborda que é possível pensar em uma proposta educacional que possibilite à criança o conhecimento de mundo. Estes conhecimentos precisam ser pensados e sistematizados pelos professores de forma que proporcione às crianças experiências diversificadas e que acima de tudo que se tenham um profundo respeito por este sujeito tão pequeno.

Ainda nesta perspectiva segundo o autor:

[...] tomar as crianças como ponto de partida exigiria compreender que, para ela conhecer o mundo envolve o afeto, o prazer, o desprazer, a fantasia, o brincar o movimento, a poesia, as ciências, as artes plásticas e dramáticas, a linguagem, a música e a matemática. Que para ela a brincadeira é uma forma de linguagem. [...]. [...] assim como a linguagem é uma forma de brincadeira. (KUHLMANN, 2003, p.65).

Como o autor expõe conhecer o mundo partindo da percepção da criança exigiria por parte do adulto uma compreensão das diferentes linguagens que dá vida que envolve o imaginário das crianças, linguagens como brincadeiras, gestos, falas, imaginação, música, pintura, desenhos, escrita, imagens etc.

Neste debate as novas Diretrizes Curriculares Nacionais foram aprovadas com a Resolução CNE/CEB de 17 de Dezembro de 2009. Conforme a Resolução:

Art. 4º As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentido sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL/CNE/CEB, 2009, p.19).

Conforme as Diretrizes Curriculares ao elaborar a proposta curricular a figura central é a criança. Esta como já mencionada é um sujeito histórico de direitos, neste sentido ao estabelecer as relações e interações com seus pares a criança constrói sua identidade pessoal e coletiva, ou seja, ela vivencia experiências, sonha, imagina deseja aprende, enfim a criança constrói sentido, questiona e produz cultura. Essas Diretrizes marcam mais um aspecto na constituição da nova concepção de educação que leva à construção de uma nova concepção de currículo que compreende a criança como, primeiro, sujeito de direito e, segundo, produtora de cultura.

O Manual de Orientação Pedagógica (BRASIL/MEC, 2012) foi publicado com intuito de divulgar entre os professores a concepção de Educação expressa nas Diretrizes Curriculares de 2009. Conforme este Manual:

É fundamental pensar em práticas específicas para cada criança. Mesmo apresentando algumas características comuns nos grupos culturais, uma é diferente da outra, o que requer observá-las individualmente, para que os interesses e as necessidades de cada uma façam parte do planejamento curricular. Não apenas na sua entrada na creche, mas a qualquer momento, em todos os dias, o cuidado com a individualidade e a diversidade aumentam as oportunidades de educação (BRASIL/MEC, 2012, p.46).

Diante do exposto pode-se afirmar a importância dos centros de Educação Infantil no processo de desenvolver práticas específicas que atendam as especificidades de cada criança, considerando que uma é diferente da outra e produtora de cultura. Faz-se necessário que o professor observe atentamente cada uma e, de acordo com os interesses, elabore uma proposta curricular que venha atender as necessidades, a individualidades e a diversidades apresentadas por elas.

1.2 Currículo e proposta pedagógica

O termo currículo e proposta pedagógica não se diferem ambos são compreendidos como um caminho a ser percorrido coletivamente. A proposta curricular para a educação

infantil busca articular o saber prévio da criança com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural. A proposta pedagógica é entendida como um espaço privilegiado de discussão, onde todos podem falar opinar, planejar, sonhar.

Segundo Oliveira:

Construir uma proposta pedagógica implica a opção por uma organização curricular que seja um elemento mediador fundamental da relação entre a realidade cotidiana da criança – as concepções, os valores e os desejos, as necessidades e os conflitos vividos em seu meio próximo – e a realidade social mais ampla, com outros conceitos, valores e visões de mundo. Envolve elaborar um discurso que potencialize mudanças, que oriente rotas. Em outras palavras, envolve concretizar um currículo para as crianças. OLIVEIRA, 2011p. (183).

Nesta perspectiva a autora aponta que proposta pedagógica deve proporcionar as crianças à ampliação de conceitos e valores vivenciados e potencializar mudanças, novas formas de ver e experimentar o mundo.

Na atualidade a LDBN/1996 e as Diretrizes Curriculares de 2009 apontam que a proposta curricular para educação infantil deve ser pensada e construída para atender as crianças de 0 a 5 anos e define que a educação infantil deve estar voltada para o desenvolvimento integral da criança. Assim, a proposta curricular deve atender a criança em todas as áreas física, psicológica, intelectual e social. A criança deve ser vista como um todo, um ser que desenvolve a cada dia maior conhecimento sobre o seu contexto social.

Nesse sentido, para a elaboração do currículo que respeite a criança, este deve ser compreendido como um caminho que a ser trilhado coletivamente, ele é algo vivo e dinâmico, que está relacionado todas as ações que envolvem as crianças no seu dia a dia, dentro das instituições de ensino.

Além das legislações brasileiras, diferentes pesquisadores vêm tratando do currículo na Educação Infantil. Estes pesquisadores apontam caminhos de como a proposta curricular deve ser pensada e construída.

Conforme Oliveira:

O currículo não pode ser entendido como um plano individual predeterminado. É um projeto coletivo, uma obra aberta, criativa e apropriada para o “aqui-e-agora” de cada situação educativa. Ocorre com base na análise dessa situação, no estabelecimento de metas e de prioridades, no levantamento de recursos, na definição de etapas e atividades básicas, na reconstrução do projetado na interação (inter-ação) com as crianças, na verificação de aspectos do seu comportamento que se vão modificando no decorrer do processo. Envolve sensibilidade e uma visão de criança como alguém competente e com direitos próprios (OLIVEIRA, 2011, p.183).

Assim de acordo com Oliveira, a proposta curricular é um projeto coletivo, com planejamento prévio, a proposta deve ter como base a situação real do educando, deve se estabelecer metas, levantar recursos de acordo com as prioridades, deve-se projetar a sua execução, tem que estar aberta podendo ser modificada no decorrer do processo.

Nesta perspectiva segundo Oliveira:

Planejar o currículo implica ouvir os profissionais em suas concepções e decisões, problematizar a visão deles sobre a creche e a pré-escola, evitando perspectivas fragmentadas e contraditórias, que refletem a influência das várias concepções educacionais que vivenciaram ou com quem tiveram contato. Implica, outrossim, reconhecer as famílias como interlocutoras e parceiras privilegiadas e garantir a participação delas e da comunidade no processo, tarefa que exigem a superação de muitos obstáculos (OLIVEIRA, 2011, p.183-184).

Ao planejar a proposta curricular, é necessário ouvir os profissionais, as suas concepções, é importante que estabeleça um diálogo entre os profissionais que atuam na educação infantil e a comunidade.

Segundo Rego:

De acordo com Vygotsky, o desenvolvimento e a aprendizagem estão relacionados desde o nascimento da criança. [...] desde muito pequenas através das interações com o meio físico e social, as crianças realizam uma série de aprendizados. No seu cotidiano, observando, experimentando, imitando e recebendo instruções das pessoas mais experientes de sua cultura, aprende a fazer perguntas e também a obter respostas para uma série de questões. Como membro de um grupo sócio-cultural determinado, ela vivencia um conjunto de experiências e opera sobre todo um material cultural (conceitos, valores, ideias, objetos concretos, concepção de mundo etc. a que tem acesso). Deste modo, muito antes de entrar na escola, já construiu uma série de conhecimentos do mundo que a cerca [...] (REGO, 1999, p.76).

Rego aborda que, desde muito pequena a criança adquire conhecimentos, o contato com o meio social permite à criança interagir com outras crianças, permitindo por meio das interações o desenvolvimento de suas aprendizagens.

Segundo Kramer (2007, p.19) é necessário:

[...] favorecer experiência com os conhecimentos científico da cultura, entendida tanto na dimensão de produção nas relações sociais cotidianas e como produção historicamente acumulada, presente na literatura, na música, na dança, no teatro, no cinema, na produção artística, histórica e cultural que se encontra nos museus. Essa visão do pedagógico ajuda a pensar sobre a creche e a pré escola em suas dimensões políticas, éticas e estéticas. A educação, uma prática social inclui o conhecimento científico, a arte e a vida cotidiana.

Sendo assim ao elaborar a proposta curricular deve ser pensado com e para a criança, nela deve estar bem explícita quem é a criança. Deve estar explícita a concepção de infância. E, principalmente, a valorização da criança, como a autora, pois ela vivencia experiências e traz conceitos, ideias, concepção de mundo. Todos estes conhecimentos devem ser levados em conta na elaboração da proposta curricular e posteriormente deve ser aprimorados com os conhecimentos científicos presentes na literatura, na música, cinema museus dentre outros.

Conforme Kramer (2007), a proposta curricular deve ser pensada e construída de forma que as crianças se desenvolvam de forma autônoma, promovendo situações em que elas possam agir de forma que possa pensar criar e recriar as situações vividas no seu dia-a-dia. Nessas experiências o educador deve atuar como um mediador, trazendo os conhecimentos científicos presentes na literatura, músicas, cinemas proporcionando a criança possibilidades de aprimorar suas aprendizagens ora já adquiridas no seu contexto social. O professor não deve fazer para as crianças e sim proporcionar que ela faça, construa, elabore. Assim, a criança irá produzir diálogos, organizar brincadeiras, construir brinquedos, fazer seus próprios desenhos, pinturas e ler de seu modo os livros e o mundo. O professor irá questionar provocar, fazer com que a criança amplie seus conhecimentos e sua produção.

Ainda nesta perspectiva, Arruda (2007, p.23-24) considera as crianças ativas e produtoras de cultura, assim é necessário que o currículo atenda as suas especificidades as quais são constituídas no contexto social e cultural em que atuam. O currículo da educação infantil deve ser distinto, precisa considerar a diversidade apresentadas, pelas crianças e as suas infâncias e ter este requisito como ponto de partida na construção da proposta curricular.

Para Arruda:

O currículo é pensado a partir do fazer pedagógico, professores e demais profissionais que lidam com as crianças constroem o currículo, explicitam os princípios educativos os objetivos de aprendizagens as concepções que possuem sobre infância, criança e educação e as funções educacionais na qual pautam o seu trabalho (ARRUDA, 2007, p.20).

Quando o professor faz o seu planejamento pedagógico, explicitando os objetivos que deseja alcançar ao desenvolver as suas atividades com as crianças, ele contribui de forma significativa para que ocorra o desenvolvimento integral da criança.

Ainda nesta perspectiva Arruda pontua que:

[...] pensar o currículo é pensar na autonomia do professor que integra o seu fazer pedagógico. Esta autonomia deve ser compreendida como uma reflexão acerca das práticas realizadas, do projeto de constituição do currículo, seu desenvolvimento e avaliação (ARRUDA, 2007, p.30).

Conforme o exposto, quando se pensa em currículo a partir do fazer pedagógico, a autora mostra que os educadores precisam ter autonomia para desenvolver a sua prática pedagógica, devem também buscar alternativas para desenvolver as suas ações. Nas suas práticas diárias os professores devem rever o que desenvolveu, refletir sobre, buscar alternativas. Em suma a atuação dos professores deve estar pautada na ação, reflexão, ação.

Segundo Barricelli (2007), o currículo da instituição educativa abrange os diferentes contextos e espaços sociais, em que as crianças, professores e demais profissionais atuam e se inserem. O currículo deve atender a todos os envolvidos no processo educacional.

Ainda nesta perspectiva Oliveira (2013) aponta:

O foco do trabalho institucional vai em direção à ampliação de conhecimentos e saberes, de modo a promover a igualdade de oportunidades educacionais às crianças de diferentes classes sociais, no compromisso de que a sociabilidade cotidianamente proporcionada às crianças lhe possibilite se perceberem como sujeitos marcados pelas ideias de democracia e justiça social, se apropriarem de atitudes de respeito às demais pessoas, lutando contra qualquer forma de exclusão social. A colocação dessa tarefa requer uma forma de organização dos ambientes de aprendizagem que, na perspectiva de ensino é orientada pelo currículo (OLIVEIRA 2013, p.4-5).

Com base no exposto, ao elaborar a proposta curricular além da ampliação dos conhecimentos e saberes, deve-se promover oportunidades educacionais iguais para todas as crianças, onde os mesmos possam apropriar-se dos saberes e assim desenvolver atitudes de respeito e cidadania. Pensando nesta ampliação de saberes, é necessário que os ambientes de aprendizagem sejam organizados de forma que favoreçam o desenvolvimento integral da criança. A organização dos espaços de aprendizagem é fundamental para o desenvolvimento da criança. Quando o educador organiza pensando na criança, ele contribui para que ela perceba que é importante e tem capacidades.

Segundo o Manual de Orientação Pedagógica “[...] O mundo físico é entendido como forma cognitiva da criança experimentar situações em que percebe pelos sentidos (visão, audição, tato, paladar, olfato) como é a realidade à sua volta. [...]”. (BRASIL/MEC, 2012, p.44).

Ao organizar os espaços físicos é necessário pensar em criar um ambiente onde as crianças possam experimentar as diversas formas de conhecer o mundo a sua volta. As aprendizagens têm que ser significativas, prazerosas, tem que despertar o interesse e o desejo das crianças.

Ainda nesta perspectiva, segundo o manual:

Na educação infantil é fundamental a integração dos tempos de cuidar educar e brincar. O planejamento coletivo sobre o uso do espaço físico da creche por professoras e gestoras, facilita a integração entre cuidar/ educar e brincar em todos os tempos da permanência da criança na creche (BRASIL 2012, p.40).

Pensar em proposta curricular é fundamental que se construa um planejamento que contemple todas as necessidades das crianças. A organização do espaço físico deve ser pensada de forma coletiva, para que todas as turmas atendidas na instituição possam usufruir destes espaços de forma organizada e preparada pedagogicamente para atender as necessidades educacionais das crianças. Quando os professores planejam as suas ações pedagógicas nos diferentes espaços ele contribui para que o aprendizado se concretize.

Conforme Barbosa (2001, p.68):

O cotidiano de uma Escola Infantil tem que prever momentos diferenciados que certamente não organizarão da mesma forma para crianças maiores ou menores. Diversos tipos de atividades envolverão a jornada diária das crianças e dos adultos; o horário da chegada à alimentação, a higiene, o repouso as brincadeiras – os jogos diversificados – como o de faz de conta, os jogos imitativos e motores, de exploração de materiais gráfico e plástico – os livros de história, as atividades coordenadas pelos adultos e outras. Todos os momentos, sejam eles desenvolvidos nos espaços abertos ou fechados, deverão permitir experiências múltiplas, que estimulem a criatividade, a experimentação, a imaginação, que desenvolvam as distintas linguagens expressivas e possibilitem a interação com outras pessoas. (BARBOSA, 2001, p. 68).

No cotidiano, os espaços das instituições devem ser organizados de forma que as crianças sejam atendidas de forma diferenciada, de acordo com a sua faixa etária. Deve-se valorizar as produções infantis e garantir que as crianças possam experimentar as múltiplas linguagens, nesta perspectiva, o professor permite que a criança se expresse e se desenvolva de forma autônoma e criativa.

1.2.1 O Currículo e as Brincadeiras

Pensar numa proposta curricular que valorize as brincadeiras é incentivar a produção cultural da própria criança. É importante a valorização da brincadeira como constitutiva do universo infantil, como meio de aprendizagem e como linguagem da criança. Esta deve ser uma estratégia para realizar o currículo planejado. A criança ao brincar experimenta, produz cultura, elabora a fala, brinca em grupo, criando diálogos, resolvendo conflitos, construindo lideranças, formando modos de pensar, de entender o mundo.

Segundo Carvalho:

As culturas infantis são constituídas por um conjunto de formas, significados, objetos, artefatos que conferem modos de compreensão simbólica do mundo. Ou seja, brinquedos, brincadeiras, músicas e histórias que expressão o olhar infantil, olhar construído no processo histórico de diferenciação do adulto. (CARVALHO, 2008, p.3).

Desse modo, no ato de brincar ela se apropria dos brinquedos e das brincadeiras, ela investiga, aprende e descobre novas formas, os brinquedos e as brincadeiras tornam-se mais significativos, na medida em que a criança se apropria e dá vida a eles.

Segundo Nogueira:

Na concepção de Vygotsky, corpo e mente estão relacionados e não há uma cognição separada da emoção. Nesse sentido, as emoções no homem, desde pequenininho, passam por um processo de desenvolvimento e são motivadoras de outras aprendizagens presentes ao ambiente social. (NOGUEIRA 2009, p. 72).

Sendo assim, conforme a autora, na Educação Infantil deve-se privilegiar o espaço do brincar como um aspecto do currículo, de forma que a proposta curricular da instituição estabeleça as formas de organização do tempo e do espaço em favor da ação de brincar, explorar os ambientes e materiais. As crianças desde pequenas necessitam de um ambiente motivador que permita o desenvolvimento de várias linguagens que estão presente no ambiente social. Quando as crianças brincam elas estabelecem regras, criam estratégias, lideram grupos, formulam hipóteses, neste contexto cabe ao professor observar e estar atento para intervir quando necessário.

O Manual de Orientações Pedagógicas afirma:

Desenvolver um currículo por meio da brincadeira é diferente de um currículo de conteúdos disciplinares. O brincar requer uma condição: é a criança a protagonista que faz a experiência. A abordagem disciplinar geralmente favorece a ação do adulto, que explica ou faz a demonstração do significado do conceito e não requer, necessariamente, a ação dinâmica e ativa das crianças (BRASIL/MEC, 2012, p.54).

Uma proposta curricular pensada por meio das brincadeiras oportuniza as crianças experiências. As brincadeiras são fontes riquíssimas de conhecimentos, pois não só trabalham o corpo, como também o intelecto da criança, estimulam a imaginação, dentre outros. Quando a criança brinca, ela sonha, imagina, ela questiona, investiga adquire novos conceitos, enfim ela desenvolve suas capacidades físicas e intelectuais. Ao pensar nas brincadeiras o professor deve atuar de forma que possibilite à criança pensar na organização dos espaços do jeito delas e não na visão do adulto.

Nesta perspectiva o Manual de Orientações Pedagógicas/MEC aponta que:

Propostas curriculares que valorizam o brincar levam crianças a experimentarem situações que impliquem a compreensão de noções como peso, quando elas brincam com uma balança, ou gangorra do playground, quando duas crianças com pesos diferentes brincam juntas. Quando se oferece no espaço da brincadeira com água, tubos ou canecas com furos, as crianças experimentam diferentes situações, observam e fazem suas reflexões (BRASIL/MEC 2012, p.55).

A proposta curricular pensada para a educação Infantil devem valorizar o brincar, quando a crianças brincam elas experimentam diferentes situações, observam e refletem e aprendem novos conceitos e descobrem coisas novas, tudo a sua volta ganha significados e sentido.

Oportunizar as crianças o enriquecimento de suas aprendizagens por meio das brincadeiras é fundamental e necessário, para ampliação de novos saberes, novos entendimentos.

Na Educação Infantil deve-se privilegiar o espaço do brincar, afinal as crianças devem brincar para socializar-se com outras crianças. As brincadeiras além de desenvolver a atenção a imaginação, a memória e a motricidade, auxiliam também, a controlar as vontades, pois existem regras nas brincadeiras, sendo assim as crianças desde muito pequenas aprendem a compreendê-las, aceitá-las ou rejeitá-las. Quando o professor permite estas situações por meio da brincadeira ele permite o crescimento e o amadurecimento da criança.

Segundo o Manual de orientações pedagógicas:

As crianças expressam significações quando brincam: com gestos, falam, desenham, imitam, cantam ou constroem estruturas tridimensionais. São tais ações que se denominam formas de expressão: gestual, verbal, plástica, dramática e musical. No interior dessas formas de expressão se encontram diferentes modalidades de linguagem e gêneros textuais: falar, escrever cartas, contos de fada, contos fantásticos, etc. (BRASIL, 2012, p.22).

As brincadeiras possibilitam às crianças várias formas de expressão, elas praticam diferentes linguagens, seja ela por meio da música, da escrita, da leitura de contos de fada, faz de conta, dentre outros. Quando as crianças brincam, elas falam, gesticulam imitam, constroem, verbalizam tudo a sua volta transformam-se, elas aprendem da maneira mais divertida.

[...] a brincadeira é sempre considerada, com um sentido de brincar de qualidade. Para educar crianças pequenas, que ainda são vulneráveis, é necessário integrar a educação ao cuidado, mas também a educação ao cuidado e a brincadeira. Tal tarefa depende do projeto curricular, um documento orientador das práticas cotidianas, das programações diárias que acompanham a vida das crianças e que ampliam gradualmente suas experiências em todo o período de vivência e precisa ser construído pela

equipe junto com as crianças e seus familiares. O brincar e as interações devem ser os pilares da construção deste projeto curricular (BRASIL, 2012, p.12).

A proposta curricular é que vai nortear as ações e as programações pré-estabelecidas, nesta perspectiva, a brincadeira deve constar como um eixo principal a ser desenvolvida pelos professores e vivenciado e experimentado pelas crianças.

Segundo o Manual de Orientações Pedagógicas “Para aprender novas formas de brincar, as crianças precisam ter contato diário com outras crianças, não só do seu agrupamento, mas com as mais velhas em espaços de dentro e fora da instituição de educação infantil” (BRASIL, 2012, p.37).

Uma proposta curricular que adota a brincadeira como um dos pilares a serem exploradas deve permitir que crianças menores relacionem-se com as maiores, com as brincadeiras isto é possível, pois todos podem aprender e trocar experiências.

Desse modo, como educadores, podemos colaborar para que o ambiente educacional se torne mais rico e atrativo, trazendo elementos que possam ampliar as diferentes linguagens, seja por meio da brincadeira, do faz de conta, da música, da leitura e da escrita. Assim, o espaço da Educação Infantil deve ser destinado para que as crianças desenvolvam suas múltiplas linguagens.

Pensar na proposta curricular que valorize o brincar é fundamental que professores participem. Esta é uma condição importante para criar vínculos com as crianças e para organizar situações curriculares que permitem que as brincadeiras estejam presentes na prática diária a serem desenvolvidas, o professor deve estar atento a tudo e atuar sempre que necessário como mediador. Ainda nesta perspectiva o parecer CEB nº 20/2009 orienta:

As crianças precisam brincar em pátios, quintais, praças, bosques, jardins, praias, e viver experiências de semear, plantar e colher frutos da terra, permitindo a construção de uma relação de identidade, reverência e respeito para com a natureza. Elas necessitam também ter acesso a espaços culturais diversificados: inserção em práticas culturais da comunidade, participação em apresentações musicais, teatrais, fotográficas e plásticas, visitas a bibliotecas, brinquedotecas, museus, monumentos, equipamentos públicos, parques, jardins (BRASIL, 2009, p.15).

Pensar e construir uma proposta curricular que pense diferentes espaços educacionais e práticas que permitam as crianças vivenciarem experiências favorece a realização de uma educação Infantil de qualidade.

Considerações Finais

Este artigo teve como objetivo analisar a atual concepção de currículo na Educação Infantil, presente na legislação, em documentos governamentais e em obras de autores e pesquisadores renomados dessa área.

Com os estudos bibliográficos, na legislação e em documentos percebemos que a noção de infância foi se constituindo historicamente na medida em que as sociedades se organizavam. As crianças nem sempre foram tratadas como crianças e os poucos espaços destinados a elas atendiam somente a uma minoria. Este atendimento estava diferenciado entre as classes mais favorecidas e menos favorecidas, de forma que as crianças atingidas pela miséria no início do capitalismo recebiam um atendimento precário caracterizado como assistencialismo. Estes espaços eram locais que apenas cuidavam das crianças fornecendo uma educação voltada para a submissão. Este tipo de assistência ocorreu durante muito tempo e ainda hoje são perceptíveis as suas marcas.

Após diversas lutas expressas em movimentos sociais fortes na década de 1980, o direito da criança foi se constituindo legalmente, sendo que a primeira conquista no campo da Educação ocorreu com a Constituição de 1988 e posteriormente com a LDB de 1996. A partir disso, o Conselho Nacional de Educação e as forças políticas em debate elaboram e levam à aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil de 1999 e depois Lei de Diretrizes Bases Curriculares Nacionais de 2009. Essas diretrizes foram analisadas pelo Parecer/CEB Nº 01/1999, pelo Parecer CNE/CEB Nº 20/2009 e fundamentaram a elaboração do Manual de Orientação Pedagógica (Brasil/MEC, 2012).

Estes avanços na legislação brasileira foram imprescindíveis para que os direitos das crianças se firmassem e trazem uma nova concepção de currículo para a Educação Infantil, que compreende a criança como sujeito de direito e produtora de cultura. Sendo que estes marcos legais e a nova concepção estabelecem a necessidade de mudanças nos sistemas de ensino e nas instituições de educação que atendem as crianças de zero a cinco anos. Uma dessas mudanças é a exigência da elaboração de Projetos Pedagógicos ou Propostas Curriculares que venham atender às necessidades das crianças.

Os autores estudiosos de Educação Infantil também participam dessas mudanças na concepção de Educação Infantil no Brasil, autores/pesquisadores como Kramer (2007), Kulmann Jr. (2003), Cruz (2013) e Oliveira (2011) defendem que o planejamento e o desenvolvimento do currículo nas creches e pré-escolas precisam romper a tradição histórica de favorecer o confinamento das crianças dentro de instituições que priorizam a perspectiva

do adulto com o desenvolvimento de atividades e espaços que somente buscam controlar, impedindo que as crianças se expressem por meio de sua própria linguagem.

Estes autores mostram que a criança aprende no contexto social, a partir da vivência com os outros portadores da cultura. Esta aprendizagem não é uma repetição e sim uma criação da própria criança que observa o mundo a sua volta, interpreta e expressa por meio de diferentes linguagens.

Por isso, o planejamento da proposta curricular precisa romper com os velhos paradigmas, é necessário buscar novos conceitos principalmente em obras de autores que estudam e pesquisam esta temática. Nesta proposta é necessário respeitar as crianças e sua infância. De modo que o atual contexto educacional requer uma concepção de currículo que favoreça a exploração partilhada entre crianças e adultos, que buscam compreender diversos objetos de conhecimento de sua cultura. Essa compreensão precisa acontecer por meio de atividades avaliadas, em espaços e tempos planejados em favor do desenvolvimento da criança.

O estudo bibliográfico nos auxiliou a compreender que a Proposta Pedagógica precisa favorecer a realização de atividades diversificadas e espaços internos e externos. Essas atividades precisam atender a cada criança, fugindo de atos mecânicos e repetitivos. Assim, os professores de Educação Infantil podem buscar o desenvolvimento das crianças em termos cognitivos, afetivos, linguísticos e motores.

Finalmente, podemos dizer que as instituições de Educação Infantil, com os profissionais que nela trabalham em especial a figura do professor, podem construir uma proposta curricular em que a criança esteja no centro deste planejamento. Uma proposta pedagógica diversificada que se realize na prática e envolva as crianças de maneira que respeite o seu ritmo, a sua maneira singular de ser e estar no mundo.

Referências Bibliográficas

ARRUDA, Tatiana Santos. *O desenvolvimento do currículo e a criatividade do professor: uma reflexão em busca da qualidade da Educação Infantil*. 2007, 246p. Faculdade de Educação – Mestrado em Educação Infantil- Universidade de Brasília. UNB: Brasília, DF: 2007. Disponível em <http://bdt.d.bce.unb.br/> Acesso em 17 jul.2013

BARBOSA, Maria Carmen Silveira; HORN, Maria da Graça Souza. Organização do Espaço e Tempo na Escola Infantil. In: GRAIDY, Carmen Maria, KAERCHER, Gladis Elise P. da Silva (orgs.). *Educação infantil: pra que te quero?* Porto Alegre: Artmed, 2001. P.67-79.

BARRICELLI, Ermelinda. *A reconfiguração pelos professores da proposta curricular de Educação Infantil*. São Paulo: 2007 p.324. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC, 2007. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/> Acesso em 18 jul. 2013.

BRASIL. SENADO FEDERAL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Texto Constitucional de 5 de outubro de 1988, Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1988.

_____. *Lei Nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996*. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/MEC, Nº 1, de abril de 1999. Diretriz Curricular Nacional de Educação Infantil. Brasília: *D.O.U.* de 13 de abril de 1999. Seção 1, p.18.

_____. MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/MEC, Nº 5, de 17 de dezembro 2009. Diretriz Curricular Nacional de Educação Infantil. Brasília: *D.O.U.* de 18 de dezembro de 2009.

BRASIL. *Lei 11.114, de 16 de maio de 2005*. Altera os Artigos, 30, 32 e 87 da Lei 9394/1996, com o objetivo de tornar obrigatório o início do Ensino Fundamental ao 6 anos de idade. Brasília: Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2006. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/Lei/L11114.htm. Acesso 27/12/2013

_____. *Lei Nº 11.274/2006 (Lei Ordinária), de 06 de Fevereiro de 2006*. Altera a redação dos Arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, dispõe sobre a duração de 9 (nove) anos para o Ensino Fundamental, com matrícula obrigatória a partir do 6 (seis) anos de idade. Brasília: Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2006. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm. Acesso 27/12/2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. COMISSÃO DE EDUCAÇÃO BÁSICA. *Parecer CNE/CEB nº 20*, de novembro de 2009. Trata da revisão das Diretrizes curriculares da educação Infantil. Brasília –DF: MEC/CNE/CEB, 2009.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. *Brinquedos e Brincadeiras de Creche: Manual de Orientações Pedagógicas*. Elaboração do texto final por Tizuko Kishimoto e Adriana Freyberger. Apoio do UNICEF. Brasília: MEC, 2012.

Levindo Diniz. *Infância Brincadeira e Cultura*. Texto apresentado na 31ª reunião da Anped de 19 a 22 de outubro de 2008. Caxambu, MG: Anped, 2008. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT07-4926--Int.pdf>. Acesso em 11/12/2013.

CRUZ, Silvia Helena Vieira. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil: uma breve apresentação. In: *Salto para o Futuro: novas diretrizes para a*

Educação Infantil. TV Escola/MEC: Ano XXIII, Boletim 09, junho de 2013. Disponível em: <http://www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/09183509_NovasDiretrizesEducacaoInfantil.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2013.

KRAMER, Sonia. Propostas pedagógicas ou curriculares: subsídios para uma leitura crítica. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 18, n. 60, Dec. 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em 20 mai. 2013.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira; HORN, Maria da Graça Souza. Organização do Espaço e Tempo na Escola Infantil. In: GRAIDY, Carmen Maria, KAERCHER, Gladis Elise P. da Silva (orgs.). *Educação infantil: pra que te quero?* Porto Alegre: Artmed, 2001. P.67-79.

KUHLMANN JR. Moysés. Educação Infantil e Currículo. In: FARIA, Ana Lucia Goulart, PALHARES, Marina Silveira (orgs.). *Educação Infantil Pós – LDB: Rumos e Desafios*. Campinas SP: Autores Associados – FE/Unicamp SP: Editora da UFSCar, Florianópolis SC: Editora da UFSC, 2003. – (Coleção polêmicas do nosso tempo; 62).

KUHLMANN JR. Moysés. *Infância e educação infantil: Uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Mediação, 1998, 209 p.

NOGUEIRA, Rosemeire Messa de Souza. *O ensino-aprendizagem da leitura e da escrita na educação infantil de 4 a 5 anos: conceitos e práticas das professoras/ Rosemeire Messa de Souza Nogueira*. Campo grande, MS, 2009.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos. *Educação infantil: fundamentos e métodos*. 7º Ed. – São Paulo: Cortez. 2011. (Coleção Docência em Formação)

OLIVEIRA Zilma de Moraes Ramos de. O currículo para a educação infantil: que direção tomar? Novas diretrizes para a Educação Infantil. In: *Salto para o Futuro: Novas diretrizes para a Educação Infantil*. Ano XXIII - Boletim 9 - junho 2013. Disponível em: <http://www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/09183509_NovasDiretrizesEducacaoInfantil.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2013.

REGO, Tereza Cristina. *Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. – (Educação e conhecimento).